



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **DISCRIMINAÇÃO RACIAL E DE GÊNERO: DESAFIO DE JOVENS ADOLESCENTES NEGRAS NO ESPAÇO ESCOLAR.**

Nilvaci Leite de Magalhães Moreira  
Maria Lúcia Rodrigues Muller  
UFMT  
[nilvacimagalhaes@hotmail.com](mailto:nilvacimagalhaes@hotmail.com)

O presente artigo é parte da pesquisa de conclusão do Curso de Especialização Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira, ofertado pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Relações Raciais e Educação – NEPRE, da Universidade Federal do Mato Grosso, financiado pela SECAD/MEC - Programa UNIAFRO sobre a evolução do papel da mulher negra na sociedade brasileira, a discriminação racial e de gênero e análise de entrevista feita com jovens adolescentes negras vítimas de discriminação racial e de gênero no espaço da escola.

O referido estudo teve como finalidade investigar como as relações interpessoais de jovens adolescentes negras são influenciadas pelo imaginário social e saber se a discriminação racial e de gênero existentes no espaço escolar marcam negativamente suas vidas.

Os sujeitos desta pesquisa foram jovens adolescentes negras oriundas de camadas populares, estudantes de escola pública de Cuiabá que frequentam as turmas do 6º ao 9º ano e a escolha decorreu de minha experiência com jovens no meu ambiente de trabalho. Foi definida uma faixa etária entre 13 a 15 anos, ao quais foram escolhidas 06 jovens com traços fenotípicos da raça negra. Para a realização desta pesquisa, se fez uma recuperação histórica da construção de estereótipos contra a população negra, considerando as questões das desigualdades de gênero como uma construção social e que permeiam a vida de homens e mulheres iniciado na infância, progredindo na fase da adolescência e fortalecido na fase adulta.

A idéia desse estudo nasceu quando estava atuando como professora na educação básica, a qual na vivência e na convivência no espaço da escola, me deparava a todo o momento com situações conflitantes entre os alunos, como também no tratamento e atitudes de muitos professores em relação ao comportamento de crianças e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

adolescentes negras. Assim, as questões raciais passaram a me instigar a qual me levou a idealização desta pesquisa.

A metodologia utilizada teve abordagem qualitativa e foi realizada a partir de entrevista semiestruturada com jovens adolescentes negras fundamentadas pela revisão da literatura. A coleta de dados serviu como base de análise para alcançar os objetivos aqui pretendidos. Constatou-se neste estudo, que as jovens adolescentes negras já trazem consigo as marcas da estigmatização e do sofrimento em razão da discriminação racial e de gênero. A partir desta pesquisa foi possível enxergar o efeito da experiência dessas jovens quando atingidas por atitudes negativas e que estão fortemente presentes no ambiente escolar, onde o fenótipo negro, principalmente o tipo de cabelo e cor de pele são vistos como fora dos padrões de beleza instituída pela sociedade, sendo internalizada pelas jovens como referência de feiúra, levando - as a rejeição e a auto rejeição.

Nesse contexto, fica evidente a necessidade das escolas estarem discutindo essas questões em seus espaços, pois se percebe que a cada dia uma criança ou adolescente negra é brutalmente agredida por ações discriminatórias em razão do tom da sua pele, tendo que muitas vezes desistir da sua trajetória de estudante.

Sobre a discriminação racial a Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Normas de Discriminação Racial da ONU, ratificada pelo Brasil, traz claramente em seu artigo 1º que "Discriminação Racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade ou o efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e/ou exercício, em bases de igualdade, aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública".

Ao se tratar de gênero refere a um sistema de papéis e relações entre mulheres e homens, determinado pelo contexto social, cultural, político e econômico, cujas diferenças existentes entre sexo masculino e feminino muitas vezes traduzem em desigualdades, colocando a mulher em patamar inferior a do homem. Neste sentido, o termo gênero não pode ser confundido com sexo, mas como uma construção social.

Ao tratar dos aspectos históricos da mulher negra na sociedade brasileira, reportamos a um percurso de sofrimentos marcados pela dor, pelo trabalho escravo, por



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

situações de humilhações, suplícios, opressão, repressão, mas também memórias de lutas pela liberdade, na resistência pela vida, fé e superação. Percebe-se que essas punições advinham por carregar ao mesmo tempo uma cor de pele e um sexo condenado vista como marca do pecado original e dos males causados pela humanidade. É importante destacar que ao longo da nossa história, as mulheres negras foram personagens fundamentais para a construção da identidade e formação do povo brasileiro, consolidando em todos os espaços sua batalha contra o racismo, o preconceito, discriminação e pela igualdade de gênero.

Segundo Schumacher & Brazil (2007, p. 16), as mulheres e homens africanos ao chegarem no solo brasileiro, não constituíam um grupo homogêneo, pois cada um possuía sua própria , trazendo consigo lembranças e referências familiares ,étnicas , religiosas e culturais, que juntas se fortaleceram e influenciaram na vida de todos deste outro lado do atlântico.

Podemos observar que, a visão estigmatizada e estereotipada da população negra no Brasil vem desde o século XVI, onde negros e negras eram trazidos à força e submetidos a mão - de- obra escrava pelos colonizadores, tratados como seres inferiores , vistos como animais ou coisas, sem identidade e cultura, expostos como mercadorias, considerados feios em decorrência de seu fenótipo e ridicularizados sob alegação de possuir sangue impuro, transformados em propriedade.

Dessa forma vai se configurando a idéia de poder de um grupo sobre outro em nosso país, cuja trajetória histórica vem criando alicerce para o distanciamento entre negros e brancos em detrimento do racismo derivado da escravidão colonial. No que diz respeito a essa questão, Maria Luiza Carneiro (2007, p.15) relata que:

“O negro dificilmente conseguiam igualar-se ao homem branco. O *mundo da senzala* sempre esteve muito distante do *mundo da casa-grande*. Para alcançar pequenas regalias, fosse como escravo ou como livre, os descendentes de negros precisavam ocultar ou disfarçar seus traços de africanidade.”

Contribuindo ainda com esse fato, Gilberto Freyre (1993) traz a referência da Mulher negra na condição de escrava, usada como instrumento de prazer sexual do seu senhor, podendo até ser alugada a outros senhores.” Freyre anuncia que a mulher negra era duplamente vitimizada, devido a sua condição inferior e subalterna em relação à mulher branca . No decorrer do século XIX, as mulheres passam a reivindicar seus direitos, passando a organizar em movimentos ganhando força e adesão. As mulheres



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

negras marcaram presença nesse processo de luta pela educação, pelo voto, pela participação na política e em todos os campos sociais. É importante destacar que, apesar dos avanços conquistados pelo feminismo, e mesmo sobre a égide de uma sociedade marcada pelo racismo, preconceito e discriminação, consideramos que a mulher negra foi e ainda vem sendo nos dias atuais símbolo de luta e resistência pela sua valorização perante a sociedade e pela equidade de gênero.

Maria Nilza Silva, em sua dissertação de mestrado (1999) aborda essa questão descrevendo que devido a pobreza e a marginalidade a que foi submetida a mulher negra reforça o preconceito e a interiorização da condição de inferioridade, que em muitos casos inibe a reação e luta contra a discriminação sofrida. Relata ainda que o ingresso no mercado de trabalho do negro ainda criança e a submissão a salários baixíssimos reforçam o estigma da inferioridade em que muitos negros vivem. Porém ela enfatiza que mesmo sobre a pressão do racismo existe muitas mulheres negras que conseguiram vencer as adversidades e chegar à universidade, utilizando-a como ponte para o sucesso profissional.

Nesse contexto, podemos perceber que apesar dos avanços da sociedade brasileira, a situação da mulher negra ainda continua a trilhar patamar inferior na escala social tanto pela questão racial como pela questão de gênero, visto que esta situação é predominante desde o processo escolar.

Leda Maria Hermann (2007) não deixa dúvidas quanto a essa questão, salientando que, a dominação do mais forte sobre o mais fraco, fundamento do patriarcado, não afetou apenas as relações homem e mulher; influenciou decisivamente para a edificação de uma estrutura política hierarquizada, da discriminação com base no gênero, raça, etnia, classe, cor, crença e outros preconceitos, mecanismos vivos de exclusão que surtem efeitos desagregadores e vitimizados até os dias atuais.

Durante o período da minha pesquisa, ficou nítido que muitas vezes as pessoas tidas como “melhores” se encarregam de excluir e de categorizar outras pessoas consideradas “piores” em razão de não atender aos seus padrões culturais historicamente estabelecidos, como a beleza estética tendo como referência o padrão europeu, atribuindo assim tratamentos diferenciados. Essa situação nos dá uma noção clara o quanto jovens adolescentes negras ainda possuem suas imagens fortemente atrelada ao período da escravidão. O fato é que a condição social do negro em nosso



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

país como ser inferior sempre esteve atrelada a sua condição de escravo baseada pelas marcas de uma suposta produção científica a qual cristalizou na mente das pessoas uma hierarquização das raças.

Para esclarecer a respeito do uso do termo raça, Munanga (2000) aborda que:

[...] o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e dominação. [...] o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. (p.18)

Portanto, podemos observar que para o autor o termo raça é uma construção social, baseada em uma afirmação de escalas de poder de uma raça em detrimento de outras, dado ao seu teor político e ideológico, operacionalizado na realidade das relações entre negros e não-negros na sociedade brasileira. Nesse contexto, podemos perceber que o racismo provém dessa idéia de raça enquanto construção social.

Bento (2005, p.25) relata que:

O racismo é uma ideologia que defende a hierarquia entre grupos humanos, classificando-os em raças inferiores e raças superiores. É um conjunto de idéias utilizadas para explicar determinada realidade, como as desvantagens dos negros em relação aos brancos.

Portanto, podemos dizer que, diante das concepções construídas desde o século XIX, com as teorias racistas e incorporados pelos nossos colonizadores, a discriminação contra a população negra em nosso país tem origem num processo histórico demarcado, que de forma intencional conseguiu estabelecer no imaginário social o negro como uma categoria inferior. Com a crença pela pureza racial por meio da miscigenação, nasce a ideologia do branqueamento, cujo desejo parece permanecer até os dias atuais, com que as instituições sociais, em especial a escola vem prestando serviço de forma eficiente. Para ilustrar essa questão, Hasenbalg (1987) sintetiza que o ideal de embraquecimento trouxe sérios problemas para a sociedade brasileira, levando ao próprio negro sua autonegação, e assim em decorrência da cor de sua pele, renegar as suas origens, cedendo as padrões do branqueamento.

Ainda para enfatizar esta questão, Ângela Santa (2009, p.39) observa:

“Ainda perdura no imaginário da maioria da população, que a formação de uma sociedade, visivelmente negra, trata-se de um problema estético, igualmente, persiste no comportamento coletivo, a busca do branqueamento como uma solução. Essa construção deu-se num determinado momento



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

histórico, passou para as instituições, a política governamental e no âmbito individual, buscando-se uma homogeneização étnico-cultural e racial”.

Dessa forma, atrelada a ideologia do branqueamento e ao processo de miscigenação nasce o mito da democracia racial a qual atitudes racistas, preconceituosas e discriminatórias é ocultada, camuflada, velada, posto que o Brasil sempre procurou ostentar uma imagem de uma sociedade cordial, representado por um povo pacífico e de convivência harmoniosa, sem preconceito de “raça”. Nesse contexto, podemos constatar que sendo a escola o espaço onde as relações raciais acontecem de forma intensa, a situação se torna mais agravante, uma vez que há evidências de crianças e adolescentes negros vem sofrem constantemente agressões que partem desde expressões estereotipadas tais como: submissos, passivos, incapazes intelectualmente, inferiores, feios até a ponto de ser julgado pela cor da pele como um ser impuro, do mau, sujo ou coisa ruim.

Para elucidar essa questão, Maria Aparecida Silva (2005), apresenta em seu artigo “Um olhar sobre a representação da escola para as mulheres negras adolescentes” que:

“Quando as mulheres negras adolescentes chegam ao espaço escolar já trazem informações sobre a condições dos negros na sociedade e as várias situações de discriminação à sua volta. Já experimentaram o que é ser negra neste país e o que podem esperar da escolarização. A História do negro no Brasil é marcada por sociabilidades perversas em nível social, econômico e político.

A autora nos revela que as manifestações de atitudes negativas ao negro, tem como resultado relações sociais "conflituosas" na medida em que não se tem claro qual é o seu pertencimento na sociedade, já que sua posição real está camuflada pelo mito da democracia racial.

É importante destacar que as instituições educacionais brasileiras vêm secularmente difundindo essa imagem, quando não traz uma referência positiva nos materiais oferecidos pela escola, o que pode reforçar a tese do não reconhecimento e aceitação da própria identidade. Munanga (2008, p.21) afirma que “não ser visível nas ilustrações do livro didático e, por outro lado, aparecer desempenhando papéis subalternos, pode contribuir para a criança que pertence ao grupo étnico racial invisibilizado e estigmatizado desenvolver um processo de auto rejeição e de rejeição ao seu grupo étnico racial.” Porém, o autor ainda elucidada que essa referência do negro á escravidão ilustrado nos livros pode ser corrigida se houver uma ação consistente do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

professor em contar a história do negro de forma correta, evidenciando suas lutas e resistências, bem como as contribuições da população negra para a construção e formação do nosso país.

Ainda ilustrando essa situação, Eliane Cavalleiro (1998) comenta:

[...] a escola precisa se organizar para demonstrar a todos a importância da pluralidade racial na sociedade. [...] a ausência desse questionamento na escola mostra-se prejudicial ao grupo negro. Silenciar diante do problema não apaga as diferenças. Permite, porém, que cada um construa, a seu modo, um entendimento do outro.

Ainda, segundo a autora, a escola demonstra certa omissão em relação ao dever de reconhecer positivamente o negro no cotidiano, o que possibilita o seu afastamento do processo escolar.

Tal situação não é diferente para as jovens adolescentes negras que, em muitas situações do seu cotidiano escolar, se vêem como troféu de castigo em caso de perdas nas disputas e brincadeiras entre os meninos adolescentes principalmente tidos como “brancos”, aos quais tem como preferência de troféu de vitória a menina adolescente branca, em razão do seu padrão de beleza instituída pela sociedade. Nesse contexto, a mulher adolescente negra se vê duplamente vitimizada, uma vez que são apontadas em sua grande maioria pelos homens adolescentes como feias por causa da cor de pele e do cabelo, recebendo palavras depreciativas em decorrência dos estereótipos arraigados secularmente e como mulher, uma vez que existe forte indício de reprodução de desigualdades de gênero no ambiente escolar marcadas pelo tratamento diferenciado, constatação esta obtida nos relatos das adolescentes pesquisadas.

Cabe aqui destacar que durante a realização das entrevistas, o cabelo e a cor de pele foram expressões unânimes nas falas das adolescentes, o que me levou a crer que por serem alvos constantes de discriminação no espaço escolar, o cabelo crespo e a pele preta eram vistas pelo outro como algo indesejado. Como vivemos numa sociedade racista, utiliza-se de vários artifícios para discriminar o negro. Assim o cabelo crespo e o tom de pele tornam-se atributos para destituir o negro do efeito da beleza. Como diz Gislene Aparecida Santos (2002, p.59), referindo “a invenção de ser negro”, a qual expressa que a cor deixa de ser qualitativa e ganha um caráter essencial, passando a revelar o ser de uma pessoa. Assim a imagem do negro foi sendo esvaziada dos conceitos de beleza estética, moral, material e cultural.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A Escola pesquisada é pública municipal e situa-se na periferia de Cuiabá, atendendo alunos da Educação Infantil ao 9º ano. Segundo dados do IBGE no ano de 2000 o bairro possuía uma das menores rendas per capita de nossa cidade, e também um dos menores índices de escolaridade. Em média cada habitante estudou somente três anos. Muitos pais são trabalhadores braçais (saqueiros, vigilantes, limpeza de quintais e ou chacareiros). As famílias que constituem a comunidade são numerosas, com traços marcantes de sua religiosidade, haja vista as festas de Santos que acontecem em alguns meses do ano. Vale destacar que a comunidade citada possui uma forte presença dos afro descendentes. Sendo assim, a maioria dos pais dos alunos que freqüentam a escola não possui a escolaridade básica e são trabalhadores que recebem renda mínima. A maioria dos pais trabalha o dia todo e os filhos permanecem a maior parte do tempo sozinho. São crianças e adolescentes com muita carência afetiva, que vem buscar na escola suprir essas deficiências, além de que apresentam certo grau de agitação, agressividade, em alguns casos são reprimidas, decorrente do que vivencia em sua casa. Vale ressaltar que a maioria dos alunos da escola apresenta traço fenotípico negro e identificam-se como negro, moreno escuro e moreno claro.

Em especial, chamou-me a atenção o fato da temática sobre relações raciais ser muito pouco estudada na escola pesquisada, uma vez que conforme observação feita, a comunidade como a maioria das crianças e adolescentes serem consideradas negras.

## O RESULTADO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi feita com 07 mulheres adolescentes negras, pobres, cursando o Ensino Fundamental II, 6º ao 9º ano. No grupo de adolescentes negras, das 06 perguntadas feitas, 05 direcionaram que não estão satisfeitas com seu cabelo, corpo e tom de pele. Cabe ressaltar que os nomes das adolescentes serão aqui preservados e utilizados letras-.

Na tabela pode ser verificada as respostas das alunas quando perguntado sobre sua cor :

Entrevistada	Idade	Autoclassificação racial	Classificação racial da pesquisadora
A	14 anos	Negra	Preta



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

B	14 anos	Negra	Preta
C	14anos	Morena	Parda
D	14 anos	Morena escura	Parda
E	13 anos	Morena escura	Preta
F	14 anos	Preta	Preta

*PS: Classificação racial segundo IBGE ( branca, preta, parda, amarela, indígena)*

Diante do quadro analisado, percebe-se que algumas adolescentes pesquisadas negam a sua cor. Entre as categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cor parda e a preta é as que são mais rejeitadas pelas entrevistadas. Nesse contexto, Santos apud Munanga (2007, p. 22) sintetiza que numa sociedade que valoriza o branco, moral, intelectual e fisicamente, onde a mestiçagem foi incentivada e valorizada, na busca de branquear a população brasileira, o branqueamento passou a ser buscado pelos negros e seus descendentes como forma de fugir da discriminação racial. Assim, podemos supor que tal processo de percepção de cor/raça pode - se estar atrelada ao processo de construção da identidade racial das adolescentes negras no contexto escolar.

Na tabela a seguir, apresento as respostas das alunas ao ser perguntado se já sofreu algum tipo de discriminação:

A	<i>“Sim, um dia minha melhor amiga me apresentou um menino. Ela perguntou se ele tinha gostado de mim, aí ele respondeu que eu era bonita, mas eu era negra e ele não gostava de negra.”</i>
B	<i>“sim, os guris daqui da escola zombam da gente, acham a gente feia por causa do cabelo e da cor.”</i>
C	<i>“Sim, os meninos falam do meu cabelo que é grenho, que tenho cabelo de fogo, que sou feia”</i>
D	<i>“Sim, os outros falam que eu sou preta, feia, que o meu cabelo é de Bombril, assolam, fica pra cima, dizem que sou choque”.</i>
E	<i>“sim, menina feia de cabelo grenho, sem estilo”.</i>
F	<i>“Sim, de racismo. Os guris da escola ficam colocando apelidos como índio. Na escola, os professores escutam os meninos zoando da gente, mas não falam nada.”</i>

Na fala das entrevistadas, demonstram a existência de algum tipo de discriminação racial no espaço da escola. Percebem que essas atitudes negativas e palavras depreciativas “mexem“ com seus sentimentos e ajudam na sua baixa estima. Fazzi (2004) enfatiza que esses comportamentos e ações estão ainda em processo de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

elaboração, com possibilidades de reversão. Segundo ela, essas atitudes podem se cristalizar num preconceito adulto dependendo das experiências vivenciadas na infância e na fase da adolescência.

Assim, conforme os relatos, podemos perceber que as expressões pejorativas dirigidas as meninas adolescentes negras em relação ao cabelo como : “cabelo grenho”, “cabelo de Bombril”, “ assolam”, “ pára-choque”, “cabelo de fogo” e a cor de pele no momento em que as interações se estabelecem, constituem-se em um preconceito racial visível, explícita. Nesse sentido, Santos (2007, p.18) interpreta que:

A percepção negativa desse atributo físico, nas relações entre alunos, evidencia a concepção de inferioridade do negro, caracterizado para além da cor. A cor deixa de ser, num primeiro plano ,a marca da diferença, dando lugar para o atributo cabelo. Este passa a a constituir um estigma mais funcional. Ou seja , o negro é estigmatizado no jogo das aparências, sem, no entanto , se referir diretamente à cor/raça.

Gomes (2006, p.211) contribui dizendo que esses apelidos recebidos na escola marcam a história de vida dos negros. Diz ainda a autora que, são talvez as primeiras experiências públicas de rejeição do corpo vividas na infância e na adolescência. Em uma das falas das entrevistadas, aponta para a falta de atenção dada pelos professores para os conflitos que ocorrem no âmbito escolar e principalmente na ausência de uma intervenção positiva da escola dada a magnitude do problema.

Em relação ao silêncio dos professores, Cavalleiro ( 1999, p.51) destaca :

No cotidiano escolar, são muitos os profissionais da educação que não percebem os conflitos raciais entre os alunos e também não compreendem em quais momentos ocorrem atitudes e práticas discriminatórias e preconceituosas [...] um olhar atento e preocupado para as relações estabelecidas na escola flagra situações que constataam a existência de um tratamento diferenciado [...]

Nesse contexto podemos constatar que, a escola assumi importante papel na desconstrução dos estereótipos impregnados na mente dos adolescentes, que por meio de atitudes preconceituosa e discriminatória inferioriza e ridiculariza o outro em face de seu fenótipo.

Quando perguntado as entrevistadas se sentia tratamento diferente por ser mulher, em relação aos homens adolescentes, as respostas foram as seguintes:

A	<i>“Os meninos acham que são mais fortes, podem mais , só porque são homens.”</i>
B	<i>“sim, eles acham que somos fracas e eles são fortes, eles pensam que mandam mais que nós”</i>



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

C	<i>“O tratamento não é igual, tem muita discriminação, os meninos pensam que são melhores, tem mais força.”</i>
D	<i>“Os meninos até deixam a gente brincar com eles, ficar na roda deles, mas acham que somos fracas”</i>
E	<i>“Eles (meninos) pensam que são o tal, são os primeiros”</i>
F	<i>“Os meninos acham que são machões, acham que são assim porque são homens”</i>

A partir dessas respostas, pode-se observar que está instalada na mente dos meninos adolescentes a superioridade masculina, estabelecendo certa desigualdade de gênero e que são sentidas pelas meninas adolescentes. Assim podemos pensar que isso ocorre em função de imposições de condutas, construídos socialmente e que se estabelecem num a relação de poder. Ana Maria Colling (2004) revela que é na escola que devemos construir a igualdade entre gêneros e que é no interior dela que devemos discutir tais diferenças. Ainda a autora esclarece que:

“No campo da educação a problemática de gênero não se reduz às questões de acesso ao ensino e ao desempenho escolar, batalhas que já foram travadas e estão sendo superadas. A questão mais séria é que a história das desigualdades entre sexos, marcada pelos discursos que foram considerados verdadeiros mediante relações de saber e poder, sempre foi aceita sem indagações pela escola, lugar por excelência de marcação sexual. Por outro lado, é lá na escola que poderá ser construída a equidade de gênero e relações sociais mais igualitária.” (Colling, 2004).

O quadro abaixo apresenta o resultado das respostas das entrevistadas quando perguntado como as meninas negras são tratadas na escola pelos meninos:

A	<i>“É assim, eles conversam com a gente, mas se entrar uma menina branquinha, de cabelo liso eles deixam de ficar com a gente e ficam perto dela... as meninas brancas chamam a atenção dos meninos, porque são mais bonitas.”</i>
B	<i>“Nos olhos deles a menina branca é mais bonita, chamam atenção por causa dos olhos, cabelos loiros, a cor da pele clara.”</i>
C	<i>“Eles falam cada nome feio pras meninas negras, eu acho que tem muita discriminação por causa da cor de pele.” “Acho que os brancos podem mais do que os negros. Os negros não podem ir ao shopping que pensam que está roubando.”</i>
D	<i>“Tem muitos meninos que falam que sou preta e feia. Me apelida de buzina, coruja, chupa-chupa, falam que meu cabelo é grenho. Os meninos tratam melhor as meninas brancas porque eles acham que são mais bonita, acham as negras mais feias, por causa da nossa cor. Eles gostam mais de cabelo liso. s. Quando os meninos tratam a gente assim os professores não falam nada, a escola não faz nada para que</i>



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

	<i>os meninos parem de falar das meninas negras. Mas eu nem ligo mais, já estou acostumada.”</i>
E	<i>“Fica apelidando por causa do nosso cabelo, como cabelo de para-choque, cabelo fuá”</i>
F	<i>“Os meninos não gostam muito de meninas negras, principalmente por causa do cabelo. Isso me deixa triste, fica ofendendo a gente. Se eu fosse branca eles me tratariam bem”</i>

Nessas falas, as adolescentes revelam que as discriminações são constantes no ambiente escolar, e que todas as interações quando permeada por conflitos, são marcadas por xingamentos e apelidos em detrimento da aparência, tipo de cabelo e cor de pele. Manifestam certo sentimento de rejeição quando anunciam que os meninos adolescentes têm preferência por meninas adolescentes brancas, visto que elas possuem aproximação ao padrão de beleza instituída pela sociedade. Nesse contexto, Gomes (2006, p.144) destaca que esses sujeitos convivem com um olhar social, construído historicamente, que os compara com o padrão estético do branco, ainda considerado o ideal. Aborda ainda que, ao fazer essa comparação, a sociedade brasileira constrói uma hierarquia em termos étnicos e estéticos, minimizando e desprezando os negros por considerá-los distantes do padrão ideal.

Na tabela seguinte apresento as falas das entrevistadas quando perguntada: Você se acha bonita?

A	<i>“Sim, mas preferia ter cabelo liso,.Quando eu era pequena nem ligava pra isso, mas agora que cresci convivendo com outros adolescentes, hoje prefiro cabelo liso”.</i>
B	<i>“não, porque queria ter cabelo loiro, pele clara, porque traz mais alegria, as pessoas tratam melhor.”</i>
C	<i>“Um pouco, porque sou gordinha”.</i>
D	<i>“Sim, mas se eu pudesse , queria ter cabelo liso. Tem uma mulher lá perto de casa que tem cabelo liso e é branca, e aí eu fico pensando... porque não sou filha daquela mulher.”</i>
E	<i>“Sim, eu acho que sou bonita”.</i>
F	<i>“Sim, eu sou bonita”.</i>

Como podemos observar, que apesar da maioria das entrevistadas se acharem bonita, sempre referem ao cabelo liso como um desejo de se tornar melhores para serem aceitas. Ainda em relação ao cabelo, Gomes (2006, p.21 -22) explica que existe uma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

zona de tensão, onde o padrão ideal é branco, mas o real é negro e mestiço. Diz ainda que o tratamento dado ao cabelo pode ser considerado uma maneira de expressar essa tensão e que para o negro a intervenção no cabelo e no corpo é mais que uma questão de vaidade, é identitária.

### **Considerações finais**

Ao longo deste trabalho, pudemos perceber que a luta das mulheres adquiriu diferentes perfis em nossa história, ou seja, a mulher negra, a branca e a indígena ocuparam lugares diferenciados na estrutura social em detrimento de sua origem racial e étnica. Sabemos que, com o processo da escravidão e da diáspora negra, o colonizador buscou uma despersonalização do negro e introduziu uma hierarquização racial: branco superior e digno de símbolo da beleza e negro inferior detentor do símbolo da feiúra. Em um país em que de forma velada ou explícita o racismo, a discriminação e o preconceito estão fortemente presentes na vida da população negra, os elementos cor da pele e tipo cabelo constitui-se como marcas de atitudes negativas que acompanham dia a dia crianças e adolescentes negras, principalmente no espaço escolar.

Refletir sobre os resultados que a pesquisa traz a cerca da discriminação racial e de gênero sofridas pelas adolescentes negras no espaço da escola, revela existir ainda forte presença de uma concepção racista e machista em nossa sociedade. Isso demonstra a importância de se instituir medidas ou ações que discuta a situação da mulher negra



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

nos espaços sociais, evidenciando o seu valor e suas características étnico raciais como forma de superar o racismo, preconceito e discriminação a esses sinais (fenótipo, tipo de cabelo, cor de pele), que dependendo do olhar do outro pode ser ocultado ou negado. Os dados analisados demonstram existir um sentimento de desprezo por parte de muitos homens adolescentes pelas jovens adolescentes negras. Percebe-se que em muitas situações, eles referem às adolescentes brancas e depois morenas como sinônimo de beleza, e atribuem às negras de pele escura e cabelo crespo como feia e inferior.

Entre outros aspectos, os depoimentos revelam que as jovens adolescentes negras percebem a discriminação no cotidiano escolar e que a escola precisa urgentemente fazer uma releitura do seu fazer pedagógico, para que se possa intervir de forma adequada, buscando mecanismos para a superação, desconstrução e reversão de ideologias e dos estereótipos racistas, criando possibilidades para que jovens adolescentes negras possam vivenciar outra forma de tratamento que não seja a rejeição e exclusão, evitando de seguir outros caminhos não tão agradáveis.

## Referenciais

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Cidadania em Preto e Branco. São Paulo: Ática, 2005, p.25.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil. São Paulo: Contexto, 2005.

COLLING, Ana Maria. Gênero e Cultura: Questões Contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FREIRE, Gilberto. Casa-Grande & senzala: *formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1993.

FAZZI, Rita de Cássia. O drama racial de crianças brasileira: socialização entre pares e preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

GOMES, Nilma Lino . Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

HASENBALG, Carlos A. Desigualdades sociais e oportunidade educacional a produção do fracasso. Caderno de Pesquisa (63) Raça, Negra e Educação, Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1987.

HERMANN, Leda Maria. Maria da Penha - Lei com nome de mulher. *Violência doméstica e familiar, considerações à Lei 11.430/2006*. Campinas, SP: Servanda, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual de raça, racismo, identidade e etnia. In: *Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. EdUFF.Niterói,2000.

SANTOS, Ângela Maria dos. Vozes e Silêncio do Cotidiano Escolar – *relações raciais entre alunos negros e não-negros* .(Coleção Educação e Relações Raciais,4), Cuiabá: EdUFMT,2007.

SANTOS, Gisele Aparecida dos. A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Edc/FAPESP; Rio de janeiro: Pallas, 2002, p. 73

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. Mulheres Negras do Brasil. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2007.